

## MEMORIALISTAS E ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NA DIAMANTINA DO SÉCULO XX

Marcos Lobato Martins<sup>1</sup>

---

**Resumo:** este artigo analisa o ensino de história local e regional em Diamantina (MG), durante a primeira metade do século XX. São abordadas as visões do passado transmitidas nas aulas e livros de destacados professores da cidade, a relação delas com os projetos políticos das elites locais e como elas moldaram a memória, a identidade e a cultura histórica de muitas gerações de diamantinenses. As fontes utilizadas são jornais locais, textos de memorialistas e livros de História bastante empregados nas escolas de Diamantina, escritos pelos professores Aires da Mata Machado Filho, José Augusto Neves e Soter Ramos Couto.

**Palavras-chave:** Diamantina; Ensino de História Local; Educação Moral e Política; intelectuais; poder.

**Abstract:** this article analyses the local and regional history teaching in Diamantina (MG), in the first half of twentieth century. Are approached the past visions transmitted by detached teachers of the city in their lessons and books, their relations with political projects of the local elites and how it shaped the memories, the identity and the historical culture of many generations in Diamantina. The fonts utilized are local newspapers, texts of memoirlists and history books enough read in the Diamantina's schools, written by teachers like Aires da Mata Machado Filho, José Augusto Neves and Soter Ramos Couto.

**Key words:** Diamantina; Local History Teaching; Moral and Political Education; Intellectuals; power.

---

“O que olha a história dos tempos antigos atentamente e guarda o que ensinam, tem luz para as coisas futuras, pois uma mesma maneira de mundo é toda. As que foram voltam, ainda que debaixo de outros nomes, figuras e cores que os sábios conhecem.”

Luis Cabrera de Córdoba (1948)<sup>2</sup>

O propósito deste artigo é analisar, num recorte local específico, uma questão mais geral que, recentemente, vem despertando a atenção dos historiadores. Trata-se da história do ensino de História, ou mais estritamente, dos impactos sociais e políticos da atuação de professores de História que também escreveram obras de História muito utilizadas nas escolas. A intenção é investigar, à luz dos debates educacionais mais gerais, como a consciência e a cultura histórica de gerações de moradores de uma cidade foram, em grande parte, moldadas pelas visões do passado transmitidas por lições e livros de determinados professores. Ao mesmo

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela USP. Professor adjunto do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

<sup>2</sup> A publicação original é de 1611.

tempo, compreender a que demandas culturais e políticas esses professores responderam, na condição de prestigiados mediadores entre conhecimento histórico e constituição de memórias/identidades, e, de outro lado, quais imperativos estes professores terminaram por criar para os políticos e elites letradas regionais.

O objeto do artigo é o ensino de história local e regional desenvolvido nas escolas de Diamantina (MG), na primeira metade do século XX, que girou em torno do material publicado por José Augusto Neves, Soter Ramos Couto e Aires da Mata Machado Filho. A história local ensinada por esses professores é analisada em suas formas e finalidades sem, contudo, perder de vista o movimento nacional. Com isso, o que se intenta realçar são as relações entre o “macro” e o “micro” e as apropriações dos debates nacionais pelos grupos sociais existentes nas regiões distantes do país, que se materializaram em iniciativas concretas no campo educacional, manifestadas nos escritos e nas lições de muitos professores locais, por longos anos.

O ponto de partida é a ideia de que o diálogo entre o “local” e o “nacional” pode ser bastante profícuo, pois:

[...] não existe hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é uma versão diferente. (REVEL, 1998, p. 16)

Nesses termos, o que se quer é fazer história do ensino de História com ênfase no regional, apoiada em documentação específica – no caso, a imprensa local e os livros de professores diamantinos –, que auxilie a compreensão da complexidade da realidade nacional.

### **Educação, ensino de História e modernização na República**

Nos anos 1920 e 1930, o Brasil experimentou crises e transformações que alteraram o curso da história nacional. A crise da República oligárquica e da economia agroexportadora, o avanço da industrialização e da urbanização, o advento dos movimentos modernistas que modificaram profundamente o fazer cultural no país, a emergência de novas forças políticas, a modernização autoritária

do Estado sob o comando de Getúlio Vargas, a busca de nova inserção na ordem capitalista mundial, tudo isso se fez acompanhar de muitas esperanças, incertezas e frustrações. No meio de propostas políticas distintas e divergentes, o desejo de integrar o Brasil ao mundo moderno e civilizado gerou pelo menos um consenso: era urgente uma política educacional que desse à nação as condições de trilhar os caminhos da modernização almejada.

Dessa forma, o governo Vargas, imediatamente após a vitória da chamada Revolução de 1930, iniciou reformas na educação brasileira, cujo marco simbólico é a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. (LOPES *et al*, 2000) As mudanças implantadas pelo governo federal giraram em torno de dois eixos: por um lado, ampliar o controle e promover maior unificação dos sistemas educacionais; por outro lado, infundir maior praticidade ao processo educativo, atendendo as necessidades surgidas com a nova fase do país. Maior atenção foi dada, então, ao ensino secundário e ao ensino técnico. Entre 1930 e 1945, o crescimento do número de matriculados em todo país no ensino primário foi de 69%, ao passo que o ensino secundário experimentou expansão no número de matrículas da ordem de 209% – saltou de 83 mil, em 1930, para 256 mil em 1945. (HALLEWELL, 1985, p. 176 e 286)

A Reforma Francisco Campos, implantada em 1931, tornou obrigatório o curso secundário seriado para os que desejassem ingressar no ensino superior, determinando currículo e frequência obrigatórios.<sup>3</sup> No Ministério da Educação ficou centralizada a elaboração das normas administrativas e programáticas do ensino secundário, bem como as tarefas de fiscalização das escolas públicas e privadas. Ao longo da década de 1930, desdobrou-se o debate a respeito do caráter que deveria ter o ensino secundário, em torno de duas posições distintas. De um lado, havia os que, como a maior parte dos integrantes da Associação Brasileira de Educação (ABE), defendiam que o ensino secundário deveria pautar-se pelos estudos modernos/científicos. De outro lado, havia os que propunham que o ensino secundário privilegiasse as humanidades clássicas, incluindo o ensino do grego e do latim. Essa era a posição de muitos intelectuais católicos e do Centro Dom Vital, principal instituição articuladora do pensamento católico brasileiro. Sobre as divergências apontadas, os dois lados concordavam em que a finalidade do ensino

---

<sup>3</sup> O chamado ensino secundário possuiria, a partir de então, dois níveis: o ginásial (quatro anos) e o “clássico” ou “científico” (ambos de três anos de duração).

médio é, nas palavras do professor do Colégio Pedro II, Euclides Roxo, “formar, em cada país, uma grande camada intelectual solidarizada por um fundo comum de cultura geral que lhe dá consciência dos destinos dessa nação.” (ABE, 1929, p. 138) A convergência era em torno da ideia de ensino secundário desinteressado, especificamente voltado para a formação de uma sólida cultura geral, como defendeu o Ministro Gustavo Capanema. (BRASIL, MESP, 1942)

No interior do ensino secundário, as autoridades e os educadores dos anos 1920-1930 atribuíram papel destacado para o ensino de História. Reconhecia-se a preeminência do ensino de História para a formação do cidadão, como evidenciava a própria fala do Ministro Francisco Campos, em 1931: “Conquanto pertença a todas as disciplinas do curso a formação da consciência do aluno, é nos estudos da História que mais eficazmente se realiza a educação política.” (BRASIL, 1931, p. 12408) Mas também houve, com relação ao ensino de História, duas propostas diferentes que lutaram entre si no decorrer dos anos 1930.

Esse debate ocorreu entre os defensores da matéria “História da Civilização” e os defensores da separação de “História do Brasil”. (REZNIK, 1998) Os primeiros, majoritários na ABE, preconizavam o ensino de História da Civilização, entendida como história da vida material, intelectual e moral das civilizações, incluindo a brasileira. Para Delgado de Carvalho, um dos próceres dessa corrente, o ensino de História no secundário deveria ter como objeto toda a humanidade, realizando a análise da evolução histórica com a finalidade de mostrar ao estudante a marcha do processo civilizatório, isto é, o progresso material e espiritual do homem. A História do Brasil não deveria ser separada da História Universal, inclusive para despertar nos educandos a ideia de solidariedade internacional e moderar entusiasmos patrióticos ingênuos. O enfoque deveria ser “universalista” e mais sociológico.<sup>4</sup>

Já os defensores da separação de História do Brasil, capitaneados pelo IHGB e os intelectuais ligados à Igreja Católica, argumentavam que as singularidades brasileiras exigiam o estabelecimento da cadeira de “História do Brasil”. Mais do que isso, ao estudarem a História do Brasil, os alunos reconheceriam o seu destino/vocação e se identificariam com as tradições e a maneira própria de ser e de existir do nosso povo. Por conseguinte, agiriam consentaneamente a essa vocação,

---

<sup>4</sup> “A História Nacional encerra lições de patriotismo e de civismo, mas incidentalmente; o propósito da história não é exaltar, é educar pela experiência.” (CARVALHO, 1934, p. 122)

perpetuando-a.<sup>5</sup> Os intelectuais católicos iam ainda mais longe: ao defender a cadeira de História do Brasil, insistiam que o futuro nacional estaria contido nas tradições do passado, cujo estudo pormenorizado serviria para desmascarar “ilusões do presente”, isto é, as “novidades” sem fundamento que chegavam ao Brasil, “os messianismos de embuste” e a “inanidade das ideologias trazidas como novas salvaçãoes.”<sup>6</sup>

A polêmica sobre o ensino de História no secundário terminou resolvida sob o influxo do clima do Estado Novo, na direção indicada pela fala do Ministro Capanema:

[Cumprir ao ensino secundário] dar à juventude o sentimento de pátria, a compreensão da pátria como um patrimônio construído e transmitido pelos antepassados, como um patrimônio telúrico definido e concreto, e um patrimônio humano e espiritual, cheio de criações e de forças, cheio de sagradas tradições; cumpra-lhe enfim infundir na juventude, além da compreensão e do sentimento da pátria, a decisão, a vontade e a energia de guardar ileso, à custa de qualquer sacrifício, esse patrimônio dos antepassados e de continuamente enriquecê-lo e ilustrá-lo. (CAPANEMA, 1940, p. 9)

A História do Brasil, considerada cheia de ensinamentos cívicos e de estímulos ao patriotismo da mocidade, adquiriu a condição de cadeira do ensino médio na Reforma Educacional de 1942. A seriação das disciplinas de História nos quatro anos relativos ao ginásio ficou assim: 1ª e 2ª séries, História Geral; 3ª e 4ª séries, História do Brasil.

Tais discussões nacionais sobre o ensino secundário e o ensino de História repercutiram em todas as partes do país. Em Minas Gerais, terra natal de Francisco Campos e Gustavo Capanema, atores centrais do debate educacional nos anos 1930, a questão adquiriu intensidade ainda maior em função da percepção generalizada das elites mineiras do atraso relativo do estado frente a São Paulo, e mesmo ao Rio de Janeiro.<sup>7</sup> Desde a reforma do ensino primário de João Pinheiro, realizada em 1906, as elites mineiras enxergavam a escola como instrumento fundamental para a modernização do estado, necessário tanto para a formação do

<sup>5</sup> Conforme carta do Secretário Geral do IHGB, Max Fleiuss, ao Ministro Gustavo Capanema, em 1934. FLEIUSS, Max. *A cadeira de História do Brasil*. Arquivo IHGB/Coleção Max Fleiuss. Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Fala de Wanderley Pinho, sócio do IHGB e deputado pela Bahia, autor de projeto para a manutenção da cadeira de História do Brasil na quinta série do secundário. Anais da Câmara dos Deputados, 1935, v. 2.

<sup>7</sup> Ver, a propósito, John D. Wirth (1982).

cidadão republicano quanto para a transmissão dos saberes que a indústria exigia do operário. Mas, no estado mediterrâneo, ainda agrícola e conservador, a discussão era balizada pelas singularidades da cultura política regional e pela multiplicidade de situações existentes em cerca de duas centenas de municípios.

Em Diamantina, o “entusiasmo pela educação” e o debate sobre o ensino de História adquiriram particularidades que lançam luz sobre os processos de assimilação das ideias pedagógicas nacionais nas diferentes regiões. Qual a “cor local”, por assim dizer, que a discussão nacional sobre ensino de História assumiu em Diamantina, na primeira metade do século XX?

### **Diamantina como “Atenas do Norte”: a alternativa restante de modernização**

Segundo José Teixeira Neves, na década de 1860, “Diamantina, no apogeu da prosperidade, é [...] o centro mais importante da Província, graças ao desenvolvimento da produção e comércio do diamante, a florescente indústria de ourivesaria, e, no plano intelectual, ao Ateneu São Vicente de Paula.” (NEVES, 1960, p. 51) Quase setenta anos depois, ao terminar a Primeira República, as elites diamantinenses renderam-se à evidência empírica. O vasto município de Diamantina atravessava momento de crise e perdia importância. A aposta na industrialização estava perdida, porque não progrediram nem as indústrias têxteis nem as lapidações de diamante. Também havia fracassado o sonho de fazer da cidade o “grande empório do Norte”, isto é, o polo atacadista que abasteceria parte de Minas Gerais e da Bahia. Montes Claros, Curvelo e Teófilo Otoni tomaram o lugar de Diamantina como centros urbanos mais dinâmicos e populosos, aglutinando sob sua influência a maior parte das urbes do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Quanto à agropecuária, Diamantina possuía potencialidades restritas *vis a vis* outras regiões do estado. A mineração, por sua vez, parecia não ter muito a oferecer para a cidade, após efêmero e mal-sucedido surto de instalação de companhias estrangeiras e nacionais nas áreas diamantíferas do rio Jequitinhonha. (MARTINS, 2004)

Dessa forma, intenso debate a respeito da situação do antigo arraial do Tijucu e de suas perspectivas ocupou as páginas da imprensa local nas primeiras décadas do século XX. Os “homens de imprensa” da cidade, bacharéis muitos deles, assumiram papel amplo de representação da civilização moderna, traçando os



contornos do progresso que seria desejável introduzir na região. (GOODWIN JR, 2007) Esse debate reverberou na tribuna da Câmara Municipal, nos salões e nas escolas, envolvendo parcelas importantes da população local. E produziu um consenso: cabia educar a população, especialmente as elites e as camadas médias, para viver sob os preceitos da ordem e do progresso, acertando o passo da bicentenária povoação com os tempos da modernidade.

Havia três projetos mais destacados disputando a opinião pública diamantinense. Um deles era o projeto formulado pelos integrantes da família Felício dos Santos, no último quartel do século XIX. Joaquim Felício dos Santos e Antônio Felício dos Santos foram os principais mentores dessa proposta de desenvolvimento regional, que era industrialista (tecelagem, lapidação, siderurgia), de base urbana, preocupada com a preparação profissional dos trabalhadores (principalmente da mineração e da indústria), centrada na diversificação da produção econômica e na renovação completa das práticas políticas. (MARTINS, 2008) Outro projeto surgiu da experiência adquirida pela família Mata Machado com empreendimentos agrícolas, de navegação fluvial, curtumes e produção de charque, indústria vinícola e fábrica de tecidos. Conforme o Dr. Pedro da Mata Machado, a ênfase deveria recair sobre a agricultura, a educação prática do trabalhador rural, o acesso facilitado ao crédito, a imigração e o transporte ferroviário.<sup>8</sup> Essa proposta de desenvolvimento regional, marcadamente agrarista, era afinada com as diretrizes produzidas pelo Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1904, comandado por João Pinheiro da Silva.

O terceiro projeto, bastante similar ao dos Mata Machado, era preconizado pela Mitra Diocesana de Diamantina, especialmente a partir da atuação de Dom Joaquim Silvério de Souza (segundo Bispo), do cônego Severiano de Campos Rocha e do padre José Carolino de Menezes. Proposta agrarista, benevolente, moderadamente reformadora, preocupada com a disseminação de práticas associativas nas paróquias (particularmente a criação de Caixas Rurais) e, o mais importante, insistia na recristianização de instituições leigas, defendendo a influência da Igreja Católica sobre a sociedade regional e o Estado. (FERNANDES, 2005) Na medida em que fracassou a maioria das empresas industriais (fábricas de tecidos, lapidações) e de serviços (transportes e casas bancárias) que mobilizaram as

---

<sup>8</sup> O Dr. Pedro da Mata Machado ao corpo eleitoral do 6º Distrito de Minas Gerais. Diamantina: Oficinas Tipográficas da Cidade Diamantina, 1894. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina.

energias dos Felício dos Santos e dos Mata Machado, e também que a vida regional continuou subordinada aos interesses oligárquicos, enquanto a Igreja seguiu controlando a educação, a moral pública e a produção cultural nos anos 1920-1950, o projeto vencedor foi o da “cidade católica”, nitidamente conservador.

Convém observar que a atitude da maioria dos integrantes das elites diamantinenses diante da modernidade era profundamente ambígua. Afinal, tudo na cidade indicava a memória e a permanência de tempos antigos, de tempos gloriosos nos quais o arraial do Tijuco e a vila de Diamantina eram mundialmente conhecidos pela riqueza diamantífera, pelo fausto de contratadores e suas amásias, pela fé que fazia germinar belas igrejas, cruzeiros, procissões, pelo trabalho de escravos que calçaram léguas de estradas e movimentaram centenas de lavras e fazendas, pela presença de músicos que compuseram obras de grande sofisticação.<sup>9</sup> A Diamantina, o passado havia proporcionado lugar especial no cenário mineiro e brasileiro, logo não poderia ser simplesmente deixado para trás. O passado regional era visto como o lastro que justificava as pretensões das elites diamantinenses quanto ao futuro. Estado de espírito que contrasta abertamente com o desejo de ruptura com o passado que movia os projetos de modernização das elites letradas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora.

O texto de Aldo Delfino, publicado no jornal *A Ideia Nova*, a propósito da expectativa de chegada da ferrovia a Diamantina, expressa emblematicamente essa ambiguidade das elites locais diante do progresso.<sup>10</sup> Vale a pena transcrevê-lo inteiramente, a seguir:

#### VÃO-SE AS TRADIÇÕES...

Dentro em pouco o grito estridente da locomotiva anunciará uma nova existência à Diamantina. // Novos costumes, novas vestimentas, nova gente. // Todo o dia, ao arfar das caldeiras, o trem despejará uma onda de povo estranha nas estreitas ruas da velha e tradicional cidade, e do interior, procurando o caminho da costa, olhos admirados, corações satisfeitos e medrosos, os velhos e as crianças virão ver, pela primeira vez, o progresso invadindo o sertão solitário.

Transformar-se-á o aspecto da cidade, mudará o seu vocabulário: e cada dia, com pedreiros e carpinteiros importados, irá perdendo o

<sup>9</sup> As alusões são a João Fernandes e Chica da Silva, às igrejas barrocas, ao Cruzeiro do Cula, às festas do Divino e do Rosário, ao Caminho dos Escravos, à música de Emerico Lobo de Mesquita. Alusões que até hoje trazem turistas a Diamantina.

<sup>10</sup> O ramal Curralinho (Corinto)-Diamantina, da Estrada de Ferro Central do Brasil, chegaria a Diamantina no ano de 1914.



que lhe resta ainda do pitoresco, o ar dos bons tempos primitivos. // Os próprios filhos da terra, ao voltarem à pátria, depois da entrada triunfal e ruidosa da locomotiva, custarão a reconhecê-la.

O *Barracão*, velho mercado da cidade, será modificado. // Não veremos mais os tropeiros deitados ao meio das cangalhas, junto ao fogo em que ferve o feijão na panela de ferro suspensa à tripeça. // Não veremos mais, às estacas, com os ombros em grandes chagas, sacudindo as moscas com as caudas, os cansados animais, que transportam através de léguas, atravessando os rios e as areias ardentes, os alimentos necessários aos habitantes. // Aí, em breve, se erguerá um belo edifício, elegante e limpo, em que de tudo se encontre.

Por toda a cidade, e mais ainda nas proximidades da estação da ferrovia, como por encanto, se verá surgir uma nova população. // Casas se edificarão por toda parte. // O próprio comércio, modificando antigos hábitos, aos ruídos constantes das manobras e ao sabor das notícias trazidas através de léguas e léguas, de todos os lugares, perderá o seu feitio local. // Nada ficará sem sofrer a influencia estranha desse progresso que chega.

Poder um homem, de cima de um cocuruto de serra, a mil e quinhentos metros acima do litoral, num dia, ir comer camarões e ostras à praia do oceano, é a alegria maior que se pode prometer aos sertanejos. // Pois terão isso.

Em compensação, entretanto, aos poucos, irão perdendo o pitoresco quadro de um carro de bois, vagarosamente rinchando, pelas ruas da cidade; e talvez os filhos dos que por aí andam não possam ver um desfilar lento de tropa, ao monótono ruído dos cincerros das *madrinhas*. // Terão, se quiserem ver isso, de ir além por serras e vales, a mais longínquos lugares.

O progresso tem isso. Pelo bem que nos traz nos priva de muita coisa boa. // É verdade que o benefício é sempre maior do que aquilo que perdemos. Mas... que querem? Nós nunca nos esquecemos do que vendo uma vez, gostamos. // Por isso é que, dificilmente, os olhos gostam de novidades.

Tenham paciência, porém, por esta vez. // Terão estradas de ferro, e, querendo, pode um velho garimpeiro barbado mudar de alimentação, passando do feijão com torresmos e angu aos camarões, ostras e badejos, com um só dia de viagem!

Não creio que goste. Se não achar bom, verá o mar, grande e tranquilo, a sacudir ruidosamente, onda sobre onda, a babugem branca das espumas alvas para a praia. // E isso, estou certo, lhe compensará a viagem.

A verdade, porém, é que a Diamantina atual será absorvida pela Diamantina futura. // Aí vai a nova cidade em trem de ferro!

Tu, porém, cidade antiga, tu viverás veneranda na memória dos moços e na saudade dos velhos. // Falarão de ti através dos tempos, e ficarás gloriosamente lembrada nos escritos daquele que te tornou imortal – Joaquim Felício dos Santos. // E crescerás, perdendo em costumes locais, na tradição que te fez respeitada pelas tuas lendas. // No dia em que a nova cidade chegar, tu podes desaparecer tranquila, porque morres com glória. // Aldo Delfino. (*Idea Nova*, 01 ago. 1909. Biblioteca Antônio Torres. IPHAN-Diamantina)

Irônico, nostálgico, o texto de Aldo Delfino revela que havia temor das consequências da modernização sobre os hábitos e costumes regionais. O autor reconhece a inevitabilidade do progresso e da expansão da civilização moderna, mas não deixa de ressentir-se de seus efeitos. O progresso destruiria o “feitio local” e o “ar dos bons tempos primitivos”, provocaria a perda da identidade local e dos antigos modos de viver. Contudo, Aldo Delfino não se vê como um derrotado. Recusa a perda total de sua identidade, porque acredita que o passado transformaria-se em veneranda “memória dos moços” e “saudade dos velhos”, isto é, seria transmutado em discurso identitário.<sup>11</sup>

Dessa forma, ainda na década de 1920, o pacto das elites diamantinas desenhou-se em torno de uma ideia-chave: conservar o quanto possível a força das tradições e a influência política da cidade, empregando-as para concentrar, em Diamantina, número crescente de órgãos públicos, ligados à administração direta e indireta do Estado e da União. Em linguagem crua, Diamantina escolheu inchar o estamento burocrático sediado na cidade. Essa estratégia ampliaria a massa de recursos circulante na cidade, sobretudo aqueles relacionados aos salários do funcionalismo, ao pagamento de taxas e impostos, aos honorários de profissionais liberais, comissões e propinas. Seria preservada a capacidade de intermediação política de Diamantina nos âmbitos regional e estadual, reforçando sua posição como centro administrativo no Nordeste mineiro. Por conseguinte, a cidade reuniria condições de promover sua modernização urbana e social, num movimento caudatário da modernização estatal promovida pela Era Vargas.

A base para a estratégia funcionar era, na verdade, um tripé: densidade política, coesão das elites locais e capital cultural. A história havia proporcionado considerável peso político a Diamantina. A coesão das elites, resultante das alianças familiares e de negócios entre seus membros, bem como da elaboração da ideologia da “diamantinidade”, precisava ser continuamente solidificada.<sup>12</sup> Faltava, entretanto,

---

<sup>11</sup> Para discussão detalhada das percepções regionais sobre o progresso e a ligação ferroviária, ver James W. Goodwin Jr. (2012).

<sup>12</sup> A referência aqui é ao trabalho de Pierre Ansart (1978). Para esse autor, a ideologia confere à política caráter apaixonado, opera como campo de “socialização” dos homens e de formação de suas opiniões, encerrando-os em relações de afetividade. Por meio de textos e imagens, e com base na interpretação do passado, um grupo social produz discurso tido como legítimo, que dá sentido à sociedade, justificando atos e propondo fim a ser alcançado, discurso que deve conter mensagens inteligíveis e ser divulgado para se fazer eficaz. Assim, a ideologia justifica posições sociais e confere

resolver o problema do capital cultural. Seria preciso ampliar a oferta de educação para filhos e filhas das elites e dos setores médios da cidade, sem a qual não lhes seria possível ocupar bons cargos nas repartições a serem instaladas em Diamantina.

O pacto das elites diamantinenses exigia, portanto, a execução de um projeto educacional, dentro do qual a relação passado-presente-futuro adquiria centralidade, como se verá adiante. O impulso inicial havia sido dado pela Igreja Católica, graças à iniciativa de Dom João Antônio dos Santos, o primeiro Bispo de Diamantina. Em 1866-67, Dom João fundou o Seminário Episcopal de Diamantina, comandado por lazaristas franceses, e o Colégio Nossa Senhora das Dores, dirigido por vicentinas francesas. Dois educandários muito afamados, nos quais estudaram gerações de rapazes e moças de várias cidades de Minas Gerais e da Bahia até os anos 1960. Escolas de perfil clássico, com ensino livresco ancorado na tradição católica. (MOURÃO, 1959)

No início da República, surgiu a Escola Normal Oficial de Diamantina, oficialmente inaugurada quando da visita do governador Francisco Sales à cidade, em 1903. Um pouco do clima dessa escola pode ser apreendido nas memórias de Helena Morley, que ali foi normalista entre os anos 1893 e 1895. (MORLEY, 1998) Na década de 1930, a elite da cidade fundou o Ginásio Diamantinense e a Escola de Comércio (formação de contabilistas), com o apoio decisivo da Mitra Diocesana. (PEREIRA, 2007) Em 1954, foi a vez da criação da fundação da FAFEOD (Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina), pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Dessa forma, a cidade ganhou seu primeiro curso superior no campo das profissões liberais, ao qual se juntaram outros anos depois. Na década de 1960, sob a liderança de Aires da Mata Machado Filho, um grupo de diamantinenses criou a FAFIDIA (Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina), destinada à formação de professores na área das Humanidades.

Apesar da variedade de iniciativas, é evidente que se trata de um único movimento educacional, cujo alvo é inequívoco: os jovens das elites e das classes médias regionais. Por trás desse programa de expansão do ensino secundário e superior em Diamantina, operava determinada concepção do saber, da academia e

---

razões para quem detém a autoridade, ao mesmo tempo em que infunde admiração e confiança em seus líderes.

do papel da cultura na sociedade. Beletrismo, bacharelismo, cultura como ilustração do espírito e meio de acesso a prestígio e a carreiras da burocracia estatal. A academia como espaço de preparação para as profissões liberais ou para o ingresso no funcionalismo público.

Nesse sentido, não surpreende a ausência quase total de ações das elites diamantinenses orientadas para o ensino técnico, seja no ramo da mineração, da agricultura ou da indústria. Houve apenas, nos anos 1960, a fundação da EPIL (Escola Profissional Irmã Luíza), instituição dedicada ao preparo de crianças pobres para exercer ofícios mecânicos. A lacuna do ensino técnico era o preço a pagar pelo cultivo da razão ornamental. E revelava a dificuldade das elites diamantinenses para perceber as mudanças nos padrões científicos, tecnológicos e educacionais que caracterizaram o século XX.

Examinado retrospectivamente, o projeto político-educacional das elites diamantinenses alcançou resultados modestos. O foco do projeto estava em desacordo com as novas necessidades da modernização tanto de Minas Gerais quanto do Brasil no pós-1930. Como mostrou Otávio Dulci (1999), já no fim dos anos 1920 as elites dirigentes mineiras haviam optado pela estratégia de concentrar os esforços de desenvolvimento na região central e na indústria de bens intermediários, siderurgia e metalurgia à frente. Com isso, o Norte de Minas ficou relegado à condição de fornecedor de mão de obra e matérias-primas baratas, rapidamente perdendo importância política. Mais ainda: a máquina do estado, promotora dessa opção de modernização associada ao crescimento industrial paulista, requeria outro tipo de quadros. Não mais os bacharéis em Direito e Medicina ou homens detentores de “sólida cultura geral”, mas engenheiros e técnicos capazes de abrir estradas, tocar grandes minerações, usinas hidrelétricas, siderúrgicas, planejar ações econômicas. Profissionais que as escolas de Diamantina não podiam formar. Os governos militares, por sua vez, nos anos 1960 e 1970, por razões políticas e de racionalidade gerencial, retiraram órgãos públicos de Diamantina, transferindo-os para Curvelo e Montes Claros. Nos anos 1980 e 1990, a crise fiscal do Estado brasileiro e o avanço do neoliberalismo causaram diminuição do aparelho governamental, processo que ia de encontro aos objetivos do pacto das elites diamantinenses.

## O prestígio da História nas escolas de Diamantina

O papel do ensino de História nas escolas primárias e secundárias, principalmente da história local, era crucial para a realização do projeto político das elites diamantinas. Dele dependia a recuperação de valores considerados essenciais à ordenação do presente, conforme os interesses e desígnios das elites dirigentes locais, bem como a ancoragem de um projeto de hegemonia dos grupos que se faziam portadores desses valores essenciais – grandes mineradores, comerciantes, clero, chefes políticos do Alto Jequitinhonha. Ao ensino de história local caberia produzir e difundir uma determinada interpretação do passado de Diamantina, contendo representações capazes de dar especificidade e unidade a realidades histórico-sociais e, simultaneamente, fornecer orientação e finalidade às atividades econômico-funcionais, às práticas culturais e às lutas políticas dos diamantinos nos quadros da vida mineira.<sup>13</sup>

Nos educandários da “Atenas do Norte”, na primeira metade do século passado, o ensino ficava a cargo de algumas das mais destacadas personalidades locais. No Seminário, o primeiro corpo docente (1867) foi composto, dentre outros, por Dom João Antônio dos Santos, que lecionava Filosofia, Geografia e Cosmologia; Francisco de Sales Queiroga, que lecionava Matemática; Severiano Campos da Rocha, futuro cônego e agente executivo municipal, que ensinava Latim; e o Dr. Joaquim Felício dos Santos, autor da influente obra *Memórias do Distrito Diamantino*, professor de Português e Francês. (MOURÃO, 1959, p. 237-238) Entre 1890 e 1893, conforme as memórias de Ciro Arno, o Padre Florêncio Rodrigues Terra era o professor de Geografia e História Universal do quarto ano do Seminário Menor. Em suas lições, costumava entremear longos comentários religiosos: “Afastei-me do assunto da lição (dizia ele), mas não faz mal. No Céu tem entrado muita gente, sem saber Geografia ou História, mas sem cumprir o que ensina este livrinho (mostrava o catecismo) ninguém entra lá.” (ARNO, 1949, p. 44)

O mesmo autor informa que, no ano de 1890, no Externato da Escola Normal de Diamantina atuavam como professores Sebastião Corrêa Rabelo (Português), João Nepomuceno Kubitschek (Francês) e José Teodoro de Lima (Latim). O primeiro era irmão do Dr. Francisco Corrêa Rabelo, deputado geral eleito pelo Partido Liberal

<sup>13</sup> Para a questão da eficácia das representações ideológicas, ver Castoriadis (1982).

e, depois, deputado federal à Assembleia Constituinte. Sebastião Rabelo foi convidado pelo Presidente João Pinheiro para o cargo de Reitor do Ginásio Mineiro. (COUTO, 2002, p. 340) João Nepomuceno Kubitschek foi diretor da Instrução Pública da Província (1883-1885), senador estadual (1891-1898), vice-presidente de Minas Gerais (1894-1898) e diretor da Imprensa Oficial. (MONTEIRO, 1994)

Na Escola Normal, em 1904, o corpo docente era constituído pelos professores Joaquim José Pedro Lessa (lecionava Francês e era o diretor da escola), Sebastião Rabelo (Português), Elpídio Procópio Alves Pereira (Aritmética e Álgebra), Artur Queiroga (Agricultura, Geografia e Corografia), Artur Napoleão Alves Pereira (Ciências Naturais), Dr. Catão Gomes Jardim (Geometria), Dr. Teodomiro Alves Pereira (História Universal e do Brasil), João Nepomuceno Ribeiro Ursini (Música), Américo Diamantino Costa França (Ginástica e Evolução Militar), José da Cunha Vale Laport (Desenho e Caligrafia), Juscelino da Fonseca Ribeiro Júnior (Pedagogia), Dr. Francisco Brant, José Ferreira de Andrade Brant, Emília Angélica Neves, Hilário Sebastião de Figueiredo, Ilca Kubitschek de Figueiredo, Maria Josefina Coelho e Realina Teixeira de Souza. (FERNANDES, 1944, p. 67-68) Alguns desses docentes possuíam grande prestígio político. Sebastião Rabelo, mencionado anteriormente, era um deles. Artur Queiroga, outro: advogado, ele havia sido vereador em Diamantina e deputado estadual (1903-1906). O engenheiro Catão Gomes Jardim tornar-se-ia Delegado dos Terrenos Diamantinos. O advogado Teodomiro Alves Pereira, cognominado “Águia do Norte”, fora deputado provincial (1866-1869), deputado geral (1878-1880) e senador estadual (1891-1895). Seu nome era uma lenda no Nordeste mineiro. Dr. Francisco Brant e o Comendador José Ferreira de Andrade Brant, membros de tradicionalíssima família diamantinense, eram dois grandes mineradores e chefes políticos locais.

De passagem, vale realçar o fato de que, no educandário que formava parte das professoras que atuaram nos grupos escolares de Diamantina e cidades vizinhas, a História era tratada em três cadeiras: a de Corografia, a de História da Civilização e a de História do Brasil. Sem dúvida, situação que conferia à História condição singular naquele educandário, ainda mais quando o principal professor da matéria era o ilustre Dr. Teodomiro Alves Pereira, parceiro político de Joaquim Felício dos Santos (1828-1895), talvez a maior personalidade política e intelectual da Diamantina oitocentista.



Nos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Diamantinense, fundado em 1933 pela elite local, alcançaram relevo especial os nomes dos professores José Augusto Neves (Geografia), Dr. Soter Ramos Couto (História) e Padre José Pedro Costa (Filosofia e Religião). Esse último seria, anos depois, Bispo de Caitité e de Uberaba. José Augusto Neves foi funcionário da Sub-Administração dos Correios, fundador do Recolhimento dos Pobres do Pão de Santo Antônio, em 1902, e do jornal “Pão de Santo Antônio”, em 1906. O médico Soter Ramos Couto ocupou vários cargos eletivos em Diamantina, nas décadas de 1930 e 1940. Em 1946, Ramos Couto transferiu-se para Belo Horizonte, onde exerceu o cargo de diretor da Biblioteca Municipal (atual Biblioteca Pública Luís de Bessa).

A conclusão se impõe. No Seminário, na Escola Normal e no Ginásio Diamantinense, o ensino de História recebeu atenção especial, não exatamente pela carga horária reservada à disciplina, mas pela escolha das pessoas que a lecionavam. Os professores de História dos principais educandários da “Atenas do Norte” possuíam traços comuns. Em primeiro lugar, todos foram leitores de Joaquim Felício dos Santos e admiraram as *Memórias do Distrito Diamantino* como modelo de estudo histórico regional.<sup>14</sup> Em segundo lugar, eles eram republicanos moderados, católicos praticantes, ativos colaboradores de jornais. Em terceiro lugar, com exceção de José Augusto Neves, todos tiveram engajamento político-partidário, disputando eleições parlamentares. Integrantes de famílias tradicionais de Diamantina, esses professores foram porta-vozes das elites letradas da cidade, inteiramente comprometidos com a promoção do progresso e da grandeza da cidade.

No que diz respeito à escrita da história local, todos eles seguiram os cânones que presidiram a elaboração de corografias no século XIX e início do século XX, especialmente no âmbito do IHGB e de seus congêneres provinciais/estaduais. As corografias eram monografias municipais e regionais, que misturavam história, tradição e memória coletiva. Esses trabalhos tomavam como objeto espaços bem recortados politicamente, que eram estudados em si mesmos. O relacionamento do “nacional” com o “regional” e o “local” era reduzido à descrição de impactos de grandes acontecimentos da história do país nos espaços subnacionais. A seleção, o

<sup>14</sup> Esse trabalho, elogiado por Capistrano de Abreu, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, moldou a visão da historiografia sobre a antiga Demarcação Diamantina até os anos 1980. A interpretação de Felício dos Santos foi criticada por Júnia Ferreira Furtado (1996).

encadeamento e a narrativa dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias. Muitas vezes, os corógrafos tenderam a considerar as regiões e seus povos como dotados de características definidas e perenes, configurando um contexto histórico imutável. No plano formal, as corografias se apresentavam estereotipadas. Traziam descrições fisiográficas das regiões, exposições da fauna e da flora, inventário dos recursos naturais. Em seguida, elas traziam relatos das atividades econômicas. Por último, os autores elaboravam efemérides e pequenas biografias de pessoas destacadas da história regional ou local.<sup>15</sup>

### A “história local ensinada” como fiel do projeto de modernização

Na trilha aberta por Joaquim Felício dos Santos, embora com brilho diverso, os professores citados anteriormente utilizaram as páginas dos periódicos locais, as salas de aula e as tribunas diamantinenses para proferir discursos sobre o *destino histórico* do antigo Tijuco. José Augusto Neves (1875-1955), Soter Ramos Couto (1893-1974) e Aires da Mata Machado Filho (1909-1985) produziram livros sobre a história de Diamantina. Alguns desses escritos ainda estão inéditos. Outros se tornaram textos muito empregados no ensino de História e Geografia regionais, orgulhosamente exibidos nas estantes das bibliotecas escolares e nas casas das famílias diamantinenses.

De José Augusto Neves há o livro *Chorographia do Município de Diamantina*, impresso no Rio de Janeiro pela Tipografia do Jornal do Comércio, no ano de 1899. Escrito para ser aproveitado nas escolas de Diamantina, a obra é composta de três partes: geografia física, geografia política e geografia econômica de Diamantina. Em linguagem simples, clara e direta, José Augusto Neves apresenta informações sobre a posição do município, seu relevo, sua hidrografia, seu clima, seus recursos naturais, a flora e a fauna da região, enfatizando os usos econômicos da riqueza natural existente no território diamantinense. Fornece também um quadro da população, por meio da descrição dos distritos e da sede municipal. Na última parte, José Augusto Neves analisa as atividades produtivas e a infraestrutura econômica.

<sup>15</sup> Sobre o modelo corográfico ver Francisco Iglésias (2000) e Kaori Kodama (2006).

Encerra a obra um anexo contendo o “*Resumo histórico da fundação do arraial do Tijuco*”, extraído das *Memórias do Distrito Diamantino*.

O tom geral do texto é descritivo, não havendo esforço maior no sentido de articular suas partes. Todavia, José Augusto Neves faz considerações sobre a economia de Diamantina que indicam sua preocupação com o progresso regional. Começa asseverando que “não há terreno estéril e esgotado no município, o solo conserva a sua uberdade primitiva e se presta para todos os ramos de lavoura.” (NEVES, 1899, p. 59) Em seguida, queixa-se de que o trabalho agrícola estava reduzido à plantação de víveres para o consumo local, empregando-se processos rotineiros. O uso do arado e da irrigação era ainda restrito. Quanto à pecuária, José Neves critica o apego dos criadores aos pastos naturais e a pouca atenção dada ao melhoramento das raças.

O velho professor lamentava as dificuldades para a produção e o comércio, decorrentes da precariedade das vias de comunicação do município. A carência de boas estradas era, conforme as palavras de José Neves, o “[melhoramento] que tem tolhido o seu desenvolvimento industrial e agrícola.” (NEVES, 1899, p. 62) Por outro lado, o futuro econômico de Diamantina dependeria, segundo Neves, da integração do município à malha ferroviária do país. Sem a estrada de ferro, o “movimento mercantil” de Diamantina permaneceria pequeno e lento.

O professor José Augusto Neves escreveu dois outros livros. O *Compêndio de Geografia de Minas*, não publicado, é um pequeno resumo da geografia do estado de Minas Gerais, construído a partir do material de suas aulas. Na introdução da obra, José Neves escreveu que havia se limitado:

Simple e metodicamente à matéria essencial para não sobrecarregar o espírito despreparado da criança. A ela, pois, recomendamos a consulta incessante da carta de Minas, como auxílio da instrução, para bem fixar o que este livrinho expõe. Os livros são auxiliares dos globos e das cartas. (NEVES, 1986, p. 42-43)

A segunda obra é *O passado de Diamantina – reminiscência do seu centenário – 1938*, composta de três volumes que reuniam artigos e crônicas que José Neves publicara nos jornais *Pão de Santo Antônio* e *Voz de Diamantina*. Essa obra, escrita entre 1941 e 1944, pode ser definida como uma coletânea de fatos e feitos diamantinenses, exaltando seus vultos e benfeitores. Na apresentação do manuscrito, que o autor intitulou “*Dois Palavras*”, pode-se ler que “render culto ao

passado, assim penso, é dever cívico dos homens do presente!” (NEVES, 1986, p. 45) Em seguida, o professor diamantinense faz uma advertência aos leitores:

O homem moderno só pensa no presente e faz apenas meras conjecturas sobre o futuro, cogitando unicamente dos prazeres da vida terrena. [...] O homem do passado admira as maravilhas do presente, mas considera ao mesmo tempo, a impotência da ciência para desfazer os mistérios divinos! Olha o passado e contempla o presente enganador, o presente de sua geração que caminha, descuidada, para os horrores de uma vida de dissolução, de lágrimas e de dores! (NEVES, 1986, p. 46)

O culto ao passado e a religião são, para José Neves, o freio indispensável para conter os excessos da modernização, os meios insubstituíveis para moderar a busca do homem contemporâneo pelo bem-estar, conforto e prazer. Unicamente o passado e a religião poderiam fornecer aos diamantinenses a finalidade para a vida individual e coletiva. Nesse sentido, José Neves via a História como “mestra da vida”.<sup>16</sup>

Colega de José Augusto Neves no Ginásio Diamantinense, o Dr. Soter Ramos Couto lecionava História. Sobre a sua terra natal, publicou vários artigos, dentre os quais destacam-se a biografia do Padre Belchior Pinheiro de Oliveira (revista *Cultura Política*, n. 25, março de 1943) e o trabalho “De escrava a rainha”, sobre Chica da Silva (revista *Acaiaca*, 1956).<sup>17</sup> Em 1954, Soter Couto publicou *Vultos e fatos de Diamantina*. Em 1967, veio a público o livro *Diamantina – roteiro turístico-histórico*. Permanece inédita a monografia chamada *Esboço histórico do Hospital Santa Isabel ou Santa Casa de Diamantina: 1790-1970*.

Muito utilizada por professores e estudantes de Diamantina, a obra *Vultos e fatos de Diamantina* contém bom levantamento factual da história política e institucional da cidade. Na época de sua publicação, ela cumpriu o papel de preencher uma lacuna no conhecimento da história da cidade no Oitocentos e no Novecentos. Na abertura do livro, Soter Couto explicou suas razões: queria que a mocidade de Diamantina encontrasse “nos perfis mal polidos, pela mão de mau artífice, o exemplo a imitar, o exemplo a seguir. Ajuste-se a uma destas imagens e faça-a simétrica à sua.” (COUTO, 2002, p. 22)

<sup>16</sup> Sobre a longevidade e influência das narrativas *Historia magistra vitae*, ver Michael Oakeshott (2003).

<sup>17</sup> O referido sacerdote, natural de Diamantina, foi uma espécie de conselheiro particular de Dom Pedro I e teria, segundo Soter Couto, influenciado decisivamente o Príncipe Regente nos episódios associados à Proclamação da Independência.

Este livro é composto de duas partes. Na primeira, Soter Couto examina aspectos da História de Diamantina, enfatizando a vida política da cidade nos períodos imperial e republicano. Mais uma vez, Joaquim Felício dos Santos é a baliza para tudo que Couto escreve sobre a trajetória do arraial do Tijucu. O médico-professor aborda os caminhos da instrução pública e das principais entidades civis e eclesiásticas na cidade. Nesse particular, a lição é clara: os diamantinenses teriam pendor para fazer as coisas por sua própria conta, à revelia do Estado, sendo essa uma de suas mais notáveis qualidades. Na segunda parte da obra, Soter Couto apresenta uma lista de pequenas biografias de “diamantinenses ilustres”, exaltando as suas realizações. São mais de cinquenta nomes, que ocupam praticamente metade das páginas do livro.

Nos textos de Soter Couto, lidos por gerações de estudantes diamantinenses, evidencia-se a preocupação com o detalhe biográfico, com a datação, com o encadeamento causal e cronológico dos acontecimentos. Todavia, seus textos carecem de maior atenção à referência documental. São poucas as indicações bibliográficas, as notas de rodapé e as citações de fontes primárias, o que apenas parcialmente pode ser explicado pela intenção de redigir obra de fácil leitura para os estudantes e os moradores da cidade.<sup>18</sup> Os trabalhos de Soter Couto são perpassados por forte sentido teleológico: todos os caminhos da História devem levar à realização plena da liberdade. A História é a marcha linear do progresso e da liberdade, conduzida pela ação destemida e esclarecida dos homens de ação e alta qualidade moral.

Para Soter Couto, os abusos das autoridades portuguesas, que queriam impedir o enriquecimento dos particulares, fossem mineradores ou comerciantes, despertou nos diamantinenses um anseio de liberdade: “a alma diamantinense, asfixiada, começou a cristalizar este sentimento, aspirando conquistar a liberdade não para si, mas para sua terra e seu país.” (COUTO, 2002, p. 48) O grupo social que melhor encarnava esse anseio de liberdade era o dos garimpeiros, simbolizado pela figura do Capitão Isidoro, a quem Soter Couto se referiu nos seguintes termos:

---

<sup>18</sup> Uma hipótese para explicar esse fato é a de que as obras de Soter Couto foram escritas diretamente para seus conterrâneos, gente que, como ele, estava “familiarizada” com as linhas diretoras da tradição diamantinense, precisando apenas “rememorar” os detalhes dos fatos que compõem a singular história regional.

A sua [do Intendente Câmara] página negra é o sacrifício de Isidoro, o Garimpeiro, cujo martírio transformou sua alma em um cofre que espalha graças, quando as preces lhe são dirigidas [...]. Câmara entendeu pôr ponto final nas atividades de Isidoro, que não era ameaça para a sociedade, mas um êmulo do intendente que mandava com suavidade e era obedecido com carinho [...]. Isidoro entrou para a galeria dos santos, para o povo daquela época, tão bárbaro fora seu martírio e tão atroz seu sofrimento, sem um ai, um grito de revolta, uma exclamação, até o último suspiro. (COUTO, 2002, p. 55-56)

“Campeão da liberdade”, o minerador é transformado em símbolo dos atributos mais destacados da “alma diamantinense”: o gosto da liberdade, capacidade de resistir dignamente aos sofrimentos, lealdade, coragem, solidariedade, liderança generosa e suave. Afinal, ante a despótica Coroa portuguesa, “a reação dos garimpeiros [...] criava um ambiente em que se plasmava o caráter do tijucano, sempre pronto a lutar pela liberdade.” (COUTO, 2002, p. 71)

Por conseguinte, Soter Couto enxergava sua Diamantina como coroamento de uma longa obra, na qual trabalharam gerações de homens que lutaram contra todas as formas de opressão e atraso social. Os naturais de Diamantina, na visão do médico-professor, sempre estiveram presentes em quadras decisivas da história nacional, contribuindo para o avanço das liberdades, da cultura e das artes no Brasil. Insinua-se, portanto, uma “dívida” da nação com os homens originários do antigo Tijuco. Por outro lado, a história de Diamantina escrita por Soter Couto só tem espaço para uma sociedade branca e europeizada, cuja vida pulsava nos saraus e nos gabinetes da elite política, empresarial e intelectual da cidade. Nela, o passado invadia o presente: nada acontece, tudo já aconteceu.

Na visão de Soter Couto, as novas gerações de diamantinenses precisariam apenas prosseguir aperfeiçoando as realizações de seus ancestrais. O rumo já estaria traçado, cabendo tão somente persistir nele.<sup>19</sup> Dessa forma, a modernização de Diamantina deveria ser conduzida sob a direção da vasta tradição histórico-cultural acumulada no antigo Tijuco.

Aos nomes de Soter Ramos Couto e José Augusto Neves, deve-se acrescentar o nome de Aires da Mata Machado Filho, filólogo e linguista

---

<sup>19</sup> Isso porque a história havia forjado o caráter do diamantinense, “expansivo por índole e liberal por princípio, gosta de falar de igual para igual, respeitando os investidos de autoridade, quando sob o império da justiça, mas não dobrando os joelhos como escravo para receber um direito como migalha de favor. [...] Ainda hoje é qualidade do nosso povo a sua independência de opinião, exercendo-a e conservando-a como precioso legado de seus antepassados.” (COUTO, 2002, p. 93)



diamantinense. Embora nunca lecionasse na sua cidade natal, Aires da Mata Machado escreveu um livro sobre a história regional que foi muito lido nas escolas do antigo Tijuco. Trata-se de *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina* e tem como fonte o livro de Joaquim Felício dos Santos. Machado Filho acrescenta informações sobre a segunda metade do século XIX, período que a obra de Felício dos Santos não cobriu; quanto ao século XX, reúne elementos bastante díspares a respeito da vida diamantinense. Há um alargamento do escopo de eventos históricos abordados, porém, sem qualquer novidade metodológica ou conceitual.

Na segunda parte da obra, Aires da Mata Machado Filho envereda por temas que são caros a folcloristas, prenunciados do seguinte modo:

É doce evocar, ao longo de ruas veneráveis, entre vetustos edifícios, que falam com eficaz eloquência de uma passado ainda vivo esses tipos característicos do velho Tijuco, desde o reinol orgulhoso e casquilho, à dama fina, educada à europeia, até o contrabandista rigorosamente condenado, apesar da miséria de numerosas famílias, o quilombola perseguido e audaz e, finalmente, o garimpeiro de antanho, heroico e desprendido, cuja existência acidentada de quem ia buscar à terra o que lhe pertencia ainda excita a imaginação do povo diamantinense. (MACHADO FILHO, 1944, p. 89)

Nessa segunda parte do livro, marcada por lirismo e nostalgia, Machado Filho elabora um amplo “roteiro sentimental” de sua Diamantina, enumerando paisagens, caminhos, becos, bares, monumentos civis e eclesiásticos, fatos folclóricos, manifestações artísticas do povo, além de exaltar vultos da história regional, em capítulos que têm títulos como: “O tipo diamantinense e as duas faces da cidade”, “Intemperança verbal e boa pinga”, “Geografia deslumbrante”, “Viagens e passeios”. Com o recurso do itinerário, que mescla a descrição do espaço com a narrativa de sua história, o autor tenta registrar, reviver e revigorar as tradições da cidade. Ao percorrer esse itinerário, quis mostrar a graça regional, que residiria na cultura do povo de Diamantina, ou melhor, na “alma diamantinense”. Aos seus leitores, diz que o “caráter diamantinense”, cristalizado, fixado pelo tempo, “deriva da força misteriosa que vem da continuidade tradicional. É síntese de tudo quanto chega à atualidade, através dos caminhos da história. O espírito diamantinense radica-se no passado. Tem por isso a segura nitidez das atitudes antigas.” (MACHADO FILHO, 1944, p. 156) Por isso, chega, no “Pos-Scriptum”, a uma conclusão que José Augusto Neves e Soter Ramos Couto também subscreviam: “em Diamantina, o amor das tradições

coexiste com o surto de progresso. [...] O progresso não exclui nem pode excluir o valor do sainete regional. Até o realça, e de maneira inédita.”

Ao fim e ao cabo, o que se percebe é que os livros e as aulas desses destacados professores da “Atenas do Norte” contribuíram para forjar uma memória e uma identidade diamantinenses, as quais, na medida em que foram compartilhadas por boa parte dos moradores da cidade, produziram legitimidade para o pacto das elites locais e seu projeto de modernização do Tijuco. Esses memorialistas, amplamente lidos nas escolas da cidade, alimentaram uma tradição ético-política que está na base da coesão das camadas dominantes locais. Uma narrativa histórica que singulariza a trajetória dos diamantinenses, que os insere numa “comunidade imaginada”, dotada de interesses específicos que devem ser defendidos ante as pretensões de outros municípios mineiros, no bojo do processo de modernização do estado.

### Considerações finais

Enfim, nos livros e nas aulas sobre história local e regional de José Augusto Neves, Soter Ramos Couto e Aires da Mata Machado Filho, apreende-se o posicionamento que os educadores diamantinenses tomaram diante do debate nacional acerca do papel do ensino secundário na formação da mocidade, bem como do lugar que nele teria o ensino de História. Os professores e as escolas do antigo Tijuco abraçaram convictamente a opção da Igreja e da intelectualidade católica. Escolheram enfatizar a História do Brasil e a História Regional, ensinando-a aos jovens numa perspectiva ufanística, como instrumento de construção da moral e de reiteração de atributos vocacionais do povo brasileiro.<sup>20</sup>

A história local ensinada em Diamantina durante a primeira metade do século XX ainda era tributária da antiquíssima tradição da *história exemplar*, de um “regime de historicidade” saliente em autores como Tucídides, Tito Lívio, Cícero, Plutarco, Maquiavel, Voltaire e Mably. História que é gênero literário, que não se empenha em explicitar seus métodos, livre de compromissos com evidências e provas, cujos praticantes são glosadores de ideias já circulantes, preocupados, sobretudo, com o

---

<sup>20</sup> Alguns desses atributos seriam: índole pacífica do povo, anseio pela unidade nacional, tolerância, catolicismo, respeito às leis e autoridades constituídas, moderação política.

floreamento das narrativas e a introdução de lições morais. Como a qualificou Georges Gusdorf (1960, p. 190), uma história essencialmente fundada sobre a transmissão de uma narrativa fixada de uma vez por todas, e que se contentava em completar-se, com o passar do tempo, pela descrição de eventos recentes e novos preciosismos de retórica.

As lições de história regional e local tornaram-se, em Diamantina, o *locus* da elaboração de narrativas que afirmavam tanto a singularidade da trajetória do povo diamantinense quanto a excelência dos bons valores e exemplos existentes no seu passado. Essas narrativas quiseram ensinar as gerações diamantinenses a viver com os exemplos de virtude dos que as precederam nas terras altas do Espinhaço Central, cuja contribuição para a formação do Brasil teria sido inestimável, em todos os períodos da história nacional. Nos textos de José Augusto Neves, Soter Ramos Couto e Aires da Mata Machado Filho, os estudantes e leitores diamantinenses encontraram a postulação de que o caráter local teria seu núcleo duro na tradição, na continuidade cultural, no pertencimento comunitário – na “diamantinidade”, uma idealização do espírito e do comportamento dos garimpeiros e faiscadores. O ensino de história regional e local procurou convencer os estudantes da necessidade de conciliar o processo de modernização do Nordeste mineiro com os padrões da política e da cultura tradicionais.

Ora, isso implicava na ideia de que objetivos reformistas e ações modernizadoras em Diamantina deveriam ser alcançados por meio da política tradicional. Nesse sentido, o ensino da história local e regional serviu perfeitamente a três propósitos políticos. Primeiro: forneceu aos setores dominantes da sociedade regional uma concepção comum que operou como um código unificador, definindo sua identidade e propondo critérios orientadores para o pensamento e a ação desses setores. Segundo: ajudou a legitimar o domínio das elites sobre a população regional, na medida em que esta compartilhava, à sua maneira, as expressões simbólicas que compunham a noção de “espírito diamantinense” construída por aquelas. Terceiro: o discurso produzido no ensino de história local e regional atuou no sentido de fortalecer os interesses de Diamantina no cenário político estadual, apoiando e justificando a ação de suas elites em face de outras regiões de Minas Gerais.

Ao lado da poderosa influência cultural e moral da Igreja Católica sobre a população regional, esses propósitos políticos, na medida em que constituíam bases de sustentação do projeto de promover o desenvolvimento de Diamantina pela sua transformação em centro de serviços educacionais e administrativos do Nordeste de Minas, também são decisivos para explicar a opção dos professores e das escolas diamantinenses pelo tipo de ensino de história local e regional adotado no decorrer de quase todo século XX.

Como nos escritos de José Augusto Neves, Soter Ramos Couto e Aires da Mata Machado Filho, o ensino de história local nas escolas de Diamantina atravessou o século dominado por tensão discernível. Modernização e tradição, mudança e continuidade. Na esfera da economia, do urbanismo e da vida material, os professores e as elites queriam convencer os jovens diamantinenses de que o futuro traria muitas novidades. Porém, na esfera do simbólico, incluindo a vida espiritual, artística e política, seria preciso permanecer vigorosamente ligado à tradição e ao sentimento comunitário.

Curiosamente, essa nunca foi a atitude do mestre oitocentista de todos esses professores diamantinenses do século XX. O senador Joaquim Felício dos Santos, autor das *Memórias do Distrito Diamantino*, foi, nas décadas de 1860-1880, um pensador republicano radical, crítico feroz das tradições culturais e políticas brasileiras, defensor intransigente do indivíduo e da liberdade, um americanista. Para ele, a modernização da nação (e da região) somente poderia ser feita contra o seu passado, superando-o quase inteiramente.

## BIBLIOGRAFIA

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Trad. Áurea Weissemberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante: 1885-1906*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1949.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *Problema brasileiro do ensino secundário*. Rio de Janeiro, 1929.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário*. Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. *Instruções Pedagógicas para o programa de História da Civilização do curso secundário fundamental*. Portaria de 30.06.1931. Diário Oficial de 31.07.1931.

CABRERA DE CÓRDOBA, Luis. *De Historia, para entenderla y escribirla*. Madrid: Alianza Editorial, 1948.

CAPANEMA, Gustavo. *A missão do professor secundário. Educar para a Pátria*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do MES, 1940, Folheto n. 1.

CARVALHO, Delgado de. *Sociologia e educação*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COUTO, Soter Ramos. *Diamantina: roteiro turístico-histórico*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967.

\_\_\_\_\_. *Vultos e fatos de Diamantina*. 2. ed. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2002.

DULCI, Otavio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FERNANDES, Antônio Carlos. *Entre o turbulento e a chaminé: a ação do Bispado no processo de constituição da modernidade em Diamantina. 1864-1917*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FERNANDES, Augusto. *Que gente boa! Costumes, fatos e cousas de Diamantina*. Belo Horizonte, 1944.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

GOODWIN Jr., James William. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. O silvo do progresso e o cincerro da tradição: desenvolvimento econômico e identidade cultural na imprensa diamantinense no início do século XX. In: XV SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Cedeplar/UFMG, 2012, Diamantina. *Anais eletrônicos...*

GUSDORF, Georges. L'éveil du sens historique. In: \_\_\_\_\_. *Introduction aux sciences humaines*. Paris: CNRS, 1960.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

KODAMA, Kaori. Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil. *Escritos II*, Rio de Janeiro, 2006, p. 373-395.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

MARTINS, Marcos Lobato. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 3, 2008, p. 611-638.

\_\_\_\_\_. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1920*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais – período republicano – 1889-1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. 2 v.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas educacionais, 1959.

NEVES, Jayme. *José Augusto Neves: o jornalista-escritor, sua obstinação e vocação ecológica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

NEVES, José Augusto. *Chorographia do município de Diamantina*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1899.

NEVES, José Teixeira. Aspectos do século XIX na vida de um prelado mineiro. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n. 20, dez. 1960, p. 49-59.

OAKESHOTT, Michael. Três ensaios sobre a História: presente, futuro e passado. In: \_\_\_\_\_. *Sobre a história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

PEREIRA, Célio Hugo Alves. *Efemérides: do Arraial do Tejuco a Diamantina*. Belo Horizonte: Edições C.L.A., 2007.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: \_\_\_\_\_. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: INL, 1978.

WIRTH, John D. *O fiel da balança*. Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.